

EDUCAÇÃO EUGÊNICA SIM, E DAÍ? CONDUTAS DO GOVERNO BRASILEIRO NA PANDEMIA SOB PERSPECTIVA NECRO-BIOPOLÍTICA**EDUCACIÓN EUGENÉSICA SÍ, ¿Y QUÉ? CONDUCTA DEL GOBIERNO BRASILEÑO EN LA PANDEMIA CON NECROBIOPOLÍTICA****EUGENICS EDUCATION, SO WHAT? CONDUCTS OF THE BRAZILIAN GOVERNMENT IN THE COVID-19 WITH NECROBIOPOLITICAL PERSPECTIVE**

Recebido em: 29/09/2021

Aceito em: 01/12/2021

Manuel Alves de Sousa Junior¹

Resumo: Este artigo apresenta um compilado de falas e ações eugênicas proferidas por integrantes do governo federal e analisadas com as lentes da biopolítica de Foucault e necropolítica de Mbembe. O Brasil figura com destaque internacional pelo péssimo desempenho ao longo da pandemia. Desde que a COVID-19 chegou ao país, o governo vem atuando com um negacionismo explícito de diversas formas: provocando aglomerações, disseminando *fake news*, condenando o uso de máscaras, estimulando a imunidade de rebanho e medicamentos sem comprovação científica. Muitas dessas medidas podem ser consideradas eugênicas visto que promovem a morte de uns em detrimento de outros, base da premissa eugenista de purificar uma raça de modo que alguns selecionados devem morrer para o bem e para a vida melhor de outros. Esse contexto está imerso na necrobiopolítica. As ações eugênicas não surpreendem, visto que o chefe do executivo federal sempre flertou com o nazismo e com práticas consideradas eugenistas como o controle da natalidade pela esterilização de pobres. No contexto pandêmico essas ideias ganham outra dimensão em um país que segue contando seus mortos aos milhares. Muitas mortes poderiam ter sido evitadas com uma condução mais efetiva e coordenada da gestão no combate ao vírus.

Palavras-chave: Eugenia; Darwinismo social; Biopolítica; Necropolítica; Pandemia da COVID-19.

Resumen: Este artículo presenta una recopilación de discursos y acciones eugenésicos pronunciados por miembros del gobierno federal y analizados através de la biopolítica de Foucault y la necropolítica de Mbembe. Brasil se destaca internacionalmente por su pobre desempeño durante la pandemia. Desde que llegó el COVID-19 al país, el gobierno ha estado actuando con un negacionismo explícito de varias formas: provocando aglomeraciones, difundiendo noticias falsas, estimulando la inmunidad colectiva y medicamentos sin evidencia científica. Muchas de estas medidas pueden ser consideradas eugenésicas ya que promueven la muerte de unos a costa de otros, partiendo de la premisa eugenésica de depurar una raza para que unos seleccionados mueran por el bien y mejor vida de otros. Todo este contexto está inmerso en la necrobiopolítica. Las acciones eugenésicas no son de extrañar, ya que el jefe del ejecutivo federal siempre ha coqueteado con el nazismo y con prácticas consideradas eugenésicas como control de la natalidad mediante la esterilización de los pobres. En el contexto de la pandemia, estas ideas adquieren otra dimensión en un país que sigue contando sus muertos por miles. Muchas muertes podrían haberse evitado con una gestión más eficaz y coordinada de la lucha contra el virus.

Palabras-chaves: Eugenia; Darwinismo social; Biopolítica; Necropolítica; La pandemia de COVID-19.

¹ Doutorando em Educação pela UNISC. Biólogo, Historiador, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Lauro de Freitas. Membro do Grupo de Pesquisa (Cnpq) Identidade e diferença na educação e do Observatório de Educação e Biopolítica. <https://orcid.org/0000-0001-8059-9962>. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 00.1E-mail: manueljunior@ifba.edu.br.

Abstract: This article presents a compilation of eugenic speeches and actions delivered by members of the federal government and analyzed through the lens of Foucault's biopolitics and Mbembe's necropolitics. Brazil stands out internationally for its poor performance throughout the pandemic. Since COVID-19 arrived in the country, the government has been acting with an explicit denial in several ways: causing crowds, disseminating fake news, condemning the use of masks, stimulating herd immunity and medicines without scientific evidence. Many of these measures can be considered eugenic as they promote the death of some at the expense of others, based on the eugenic premise of purifying a race so that some selected ones must die for the good and better life of others. This context is immersed in necro-biopolitics. The eugenic actions are not surprising, as the leader of the federal executive has always flirted with Nazism and with practices considered eugenic as birth control through the sterilization of the poor. In the pandemic context, these ideas take on another dimension in a country that continues to count its dead in the thousands. Many deaths could have been avoided with a more effective and coordinated management of the fight against the virus.

Keyword: Eugenic; Social Darwinism; Biopolitics; Necropolitics; COVID-19 pandemic.

INTRODUÇÃO

A pandemia foi um fato novo para muitos líderes mundiais e, lidando com a novidade, não houve uma uniformidade ou um protocolo quanto ao que fazer para conter a disseminação do vírus dentro das nações, apesar da Organização Mundial da Saúde - OMS proferir recomendações a todo momento. Alguns países, como o Brasil, subestimaram o vírus, principalmente com medo da crise provocada na economia e então demoraram para fechar fronteiras e estabelecer medidas de combate ao vírus como o isolamento social da população em suas residências. A China entrou em “quarentena” na região de Wuhan com 800 casos confirmados e lidou bem com a gestão pandêmica, por outro lado a Itália só promoveu o fechamento de fronteiras e isolamento com mais de 10 mil casos confirmados, o que levou ao colapso do sistema de saúde.

A condução da pandemia pelo governo federal brasileiro tem recebido críticas de diversos intelectuais, médicos especialistas em epidemiologia, instituições e organizações nacionais e internacionais, inclusive da OMS. O foco deste artigo é abordar algumas ações e falas eugênicas que o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe tem proferido ao longo da pandemia sob uma perspectiva necrobiopolítica e a reverberação dessas falas através de um deslocamento para o início do século XX em que a educação eugênica chegou a ser uma política pública, inclusive, constando na Constituição Brasileira de 1934, por exemplo. Para isto, o artigo está organizado em 4 seções: a primeira vai abordar o conceito e um breve histórico da eugenia no mundo, seguida da análise dessa pseudociência no Brasil, na terceira serão abordados o racismo de estado e a biopolítica de acordo com os pensamentos foucaultianos na condução da pandemia no Brasil e na última seção consta um paralelo da pandemia com o conceito de necropolítica de Mbembe.

BREVE HISTÓRICO SOBRE EUGENIA E DARWINISMO SOCIAL NO MUNDO

A eugenia chegou a ter status de ciência e foi aplicada em todos os continentes, tendo Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, México, Japão, Argentina e países da Escandinávia como grandes exemplos de adeptos e executores em algum momento da história. Itália, Austrália, União Soviética, Peru e França também tiveram destaque na eugenia mundial. Essa prática foi utilizada como arma política e religiosa de discriminação social e limpeza étnica. Talvez a eugenia mais famosa seja a alemã, que executou mais de 6 milhões de judeus e outros grupos, além de promover a esterilização de milhares de pessoas e diversos estudos médico-científicos com seres humanos. Porém, o nazismo foi além, desde lei de esterilização inspirada nos Estados Unidos, passando por eutanásia de doentes nos hospitais alemães com intuito de vagar leitos para os feridos na guerra até a morte de idosos, judeus, doentes, ciganos, homossexuais, crianças com má formação, alcoólatras e incapazes (indigentes, vagabundos, prostitutas etc), tudo em prol de uma lógica econômica com embasamento biológico, ante aos mais de 885 milhões de marcos economizados no cuidado com incapacitados no país (DIWAN, 2007; STEPAN, 2005).

A esterilização chegou a ser o principal interesse da maioria dos eugenistas. “A introdução da ideia da esterilização compulsória dos inadequados, foi, de longe, claro, a mais dramática alteração nas normas tradicionais que regulavam a família ocidental e os direitos individuais à reprodução” (STEPAN, 2005, p. 37). Os Estados Unidos possuem destaque nas leis de esterilização. As primeiras surgiram ainda na primeira década do século XX. No final dos anos 1920, 24 estados estadunidenses já tinham leis aprovadas de esterilização involuntária. “No total, cerca de 70 mil indivíduos foram esterilizados nos Estados Unidos entre 1907 e o final da Segunda Guerra Mundial” (STEPAN, 2005, p. 38).

Ao passo em que o crescimento econômico e industrial criava conquistas trabalhistas na Europa, sobretudo na Inglaterra, que forçavam o Estado a se transformar e apoiar demandas socioeconômicas no seio do capitalismo (com medo da expansão do socialismo/comunismo), surgia um estado de Bem-Estar Social, no qual a população passava a ter “melhores” condições de vida, pelo menos aparentemente. As medidas de proteção social não eram implementadas com a intenção de fazer bem aos trabalhadores, mas sim porque era cômodo naquele momento. É nesse contexto político e econômico que as teorias raciais ganham forma e força na Europa (PADRÓS, 2005).

Arendt (2013, p. 147) reflete que toda civilização humana pode ser destruída pelo racismo. Ao longo da história, vários povos foram incorporados por outros, como os russos que se tornaram eslavos, franceses e outros europeus já assumiram o comando da mão de obra negra ocidental, todos os alemães em dado momento viraram arianos e complementa “...não importa o que digam os cientistas, a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade mas o seu fim, não a origem dos povos mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem mas a sua morte antinatural”.

Nacionalismo, sexualidade, gênero, racismo, higiene social, genética, antropologia, medicina, família, maternidade, criminologia, saúde pública, população e Bem-Estar Social foram algumas das áreas que dialogaram e ajudaram na consolidação dos ideais eugenistas no mundo e no Brasil. O evolucionismo de Darwin também constituiu o cerne da eugenia, visto que a importância da variabilidade hereditária na reprodução doméstica, a sobrevivência do mais apto e a analogia entre reprodução doméstica e seleção natural estiveram na pauta eugênica (STEPAN, 2005).

As primeiras leis de esterilização na Europa surgiram na Suíça em 1928 e na Dinamarca em 1929 e eram consideradas métodos moderados, científicos e progressistas de implementação de higiene genética. Em 14 de julho de 1933 foi aprovada a legislação sobre esterilização na Alemanha. Debilidade mental, esquizofrenia, psicopatia maníaco-depressiva, epilepsia, cegueira, surdez, deformidades corporais e alcoolismo eram rotuladas como hereditárias e passíveis de esterilização involuntária pela lei alemã (STEPAN, 2005).

Existem relatos de processos eugenistas desde a antiguidade para evitar a degeneração de seu povo através de regras higiênicas e rituais. Todos os nascidos em Esparta, cidade-estado da Grécia Antiga, eram cuidadosamente analisados por um conselho formado por anciãos e se qualquer anomalia fosse constatada, o bebê era encaminhado para um local de abandono, chamado *Apothetai*, e lançado do alto do monte Taigeto (DIWAN, 2007).

O Renascimento, período de grande estudo da anatomia do corpo humano, produziu ciência e modelos artísticos que serviram de inspiração para o padrão a ser adotado em movimentos eugenistas. O iluminismo também trouxe concepções importantes para os pensadores eugenistas dos séculos XIX e XX. O aprofundamento sobre o conhecimento da biologia enquanto ciência, sua influência no campo social para controlar as populações e o estudo/descoberta de ramos da biologia como fisiologia, microbiologia e evolucionismo levaram às teorias raciais desse período, como o darwinismo social (aplicação ideológica do

darwinismo em humanos com mecanismos ideológicos de controle e poder), a higienização (defesa de políticas sanitárias) e a eugenia, destaque neste trabalho (DIWAN, 2007).

No decorrer do processo histórico, “o triunfo burguês afasta a nobreza e os pobres com respaldo da ciência. A partir de então, além da raça, etnia e cultura se tornarão sinais de natureza que indicarão superioridade ou não, e tais sinais justificarão a dominação de um grupo sobre o outro.” (DIWAN, 2007, p. 33).

Após a 2ª Guerra Mundial, com o advento das atrocidades e holocausto provocado pelos nazistas, a eugenia passou a ser condenada e as leis foram revogadas mundo à fora em prol da união dos povos. Em muitos casos, passou a ser legitimada através de práticas alicerçadas pelo racismo estrutural e tais práticas sempre ganham mais visibilidade quando a extrema direita está presente em governos democráticos, como ocorreu nos Estados Unidos no governo Trump e no Brasil no governo Bolsonaro.

EUGENIA E DARWINISMO SOCIAL NO BRASIL

A maioria dos eugenistas brasileiros imaginavam que o país estava em transformação e em algum momento poderia ter sua população transformada em puros gregos onde reinaria o intelecto, a beleza pura e a virtude em uma perfeita forma helênica. Assim, a eugenia se mostrava como um movimento estético-biológico associado com a beleza x feiura e pureza x contaminação visando sempre o aprimoramento da raça. E assim, a eugenia se relacionou com o racismo, antissemitismo e outros movimentos similares relacionando-se com o contexto e atores presentes no processo histórico (STEPAN, 2005).

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil era um líder na América Latina em ciências biomédicas, saneamento e higiene, sendo o primeiro a constituir uma sociedade eugênica. A grande maioria da população do país era miscigenada, analfabeta e pobre. Quando a eugenia chegou com força, a pequena “inteligência” do país, em sua maioria formada por europeus, se preocupava com a identidade racial e a saúde da nação (STEPAN, 2005).

Antes da ascensão de Renato Kehl, a eugenia já chegava timidamente ao país, trazida pelas teorias do racismo científico, superioridade racial e degeneracionismo através de filhos da elite republicana que voltavam de estudos da Europa e também por expedições científicas. (DIWAN, 2007). Essas e outras teorias legitimavam o Brasil como fracasso na tentativa de progresso, dada a promiscuidade racial de seus povos, visto que o progresso estava restrito às sociedades “puras”. O mestiço era considerado um degenerado já que não tinha as qualidades

do branco, nem as dos índios ou mesmo as do negro, sendo, portanto, um ser inferior, além de estar mais propenso à loucura, à criminalidade, à doença e incapaz de desenvolvimento progressivo, ou seja, inicialmente o mestiço era um grande problema para o progresso da nação.

Em janeiro de 1918 houve a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), a primeira associação do tipo na América Latina, a partir do estímulo de Kehl, contou com a participação de 140 homens médicos, intelectuais e de setores da sociedade interessados na discussão e emprego da nacionalidade através de questões sociais e biológicas. A SESP surge apenas 10 anos depois da equivalente britânica, 6 anos depois da respectiva francesa (que no seu auge teve cerca de 100 integrantes) e foi seguida pelas fundações no ano seguinte da Argentina e da Peruana. A morte do presidente da SESP Arnaldo Vieira de Carvalho e a mudança de Kehl para o Rio de Janeiro levaram ao encerramento das atividades da Sociedade em 1919 (STEPAN, 2005).

Ainda em 1918, foi fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil (LPSB) que tinha por objetivo discutir propostas que abrangiam desde uma centralização administrativa dos serviços de saúde até a implantação de projetos na área. Posteriormente ainda foram fundadas a Comissão Central Brasileira de Eugenia no Rio de Janeiro e em 1922 a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), que tinha como preceitos fundamentais a defesa da mentalidade de raça, eliminar os vícios sociais, controlar a imigração e os casamentos, regular os métodos educacionais e principalmente, esterilizar compulsoriamente os degenerados (DIWAN, 2007).

Para uma eugeniização efetiva do povo brasileiro, não se deve extirpar da sociedade somente aqueles maus elementos, portadores de “doenças sociais”, como o alcoólatra, o sífilítico, o tuberculoso, o vadio, a prostituta, e as deformidades congênitas da classe pobre, negra e mestiçada, mas curar os “desvios de caráter” que habitavam também as classes abastadas e impediam o bom desenvolvimento de políticas públicas objetivas que contribuíssem para o progresso do Brasil (DIWAN, 2007, p. 112).

Na década de 1920, a eugenia estava associada ao patriotismo e o cerne de seu pensamento convocava a América Latina para figurar algum destaque nos negócios mundiais. “No Brasil, mais especificamente, os temas de prontidão e disciplina para a guerra, de controle e ordem, das capacidades e aptidões raciais brasileiras ocupavam a mente das elites”. Desse modo, o país tinha menos necessidade de exercício, educação e higiene do que da esterilização de degenerados e criminosos, imposição de exames pré-nupciais compulsórios e controle de natalidade (STEPAN, 2005, p. 46).

Em 1929 ocorreu o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia entre os dias 1º e 7 de julho. Foram mais de 200 professores, pesquisadores, médicos, biólogos, jornalistas, escritores, políticos e representantes de instituições diversas nacionais e da Argentina, Chile, Paraguai e Peru que discutiram políticas públicas e prol da eugenia, como controle de casamentos com exame pré-nupcial, educação eugênica, proteção à nacionalidade, imigração, doenças mentais e educação sexual (STEPAN, 2005).

Também em 1929, Renato Kehl lançou o Boletim da Eugenia filiado à LBHM. A publicação, editada periodicamente até 1933, visava auxiliar a campanha em prol da Eugenia para advogados, professores e outros intelectuais da elite nacional. O periódico trazia eventos, notícias, artigos e notas de diversas fontes ligadas à eugenia no Brasil e no mundo (DIWAN, 2007; STEPAN, 2005).

No início dos anos 1930, já no governo Vargas, Renato Kehl organizou e se tornou presidente da Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE), que tinha como referência a Comissão da Sociedade Alemã de Higiene Racial. Eunice Penna, esposa de Renato, ocupou a secretaria-geral e seu sogro, Belisário Penna, o Ministério da Educação e da Saúde Pública (STEPAN, 2005).

Os princípios eugênicos chegaram a ter tanto valor na sociedade intelectual e política brasileira que chegou a ser mencionada na Constituição Brasileira de 1934, que após aprovação do projeto de lei, passou a contar com artigo 138, que trazia que era dever da União, dos Estados e dos Municípios “Estimular a educação eugênica”. Os parlamentares buscavam política públicas em prol do “melhoramento” racial através de medidas socioeducativas (ROCHA, 2014; BRASIL, 1934).

A eugenia foi política de Estado até agosto de 1942, quando ocorreu a adesão do Brasil ao bloco dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, contra o bloco do Eixo da Alemanha nazista. Com a aproximação com os aliados e assinatura de acordos, a prática da eugenia passou a ser destinado ao esquecimento, passando a ser sinônimo de intolerância e violência. Os eugenistas declarados desapareceram da cena nacional ou reorientaram suas biografias omitindo o movimento. Grande parte do estigma reacionário e racista ficou legado a Renato Kehl, fervoroso defensor e principal nome da eugenia brasileira (DIWAN, 2007).

BIOPOLÍTICA E RACISMO DE ESTADO: AÇÕES EUGÊNICO-POLÍTICAS DO GOVERNO FEDERAL NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

Os conceitos de biopoder e biopolítica foram alcançados quando Foucault vislumbrou o aparecimento do poder disciplinador e normalizador no final do século XVIII e início do XIX, um poder que já não se exercia “sobre os corpos individualizados nem se encontrava disseminado no tecido institucional da sociedade, mas se concentrava na figura do Estado e se exercia a título de política estatal que pretendia administrar a vida e o corpo da população” (DUARTE, 2008, p. 3), ou seja, já não importava mais apenas exercer o poder disciplinar nos corpos de cada cidadão individualmente, mas sim implantar um sistema de gerenciamento planejado na vida das populações. E assim, olhando para a população como um todo, sem se importar com os milhares de mortos, apenas levando em consideração número de mortos “aceitáveis”, o governo federal brasileiro foi conduzindo a gestão da pandemia no país.

É inegável o poder que o Estado manifestou durante a pandemia na manipulação política no país. Nessa reflexão, Foucault (2020, p. 101) afirma que:

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de autorreprodutor, é apenas efeito conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. [...] o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

Para Foucault (2005), o biopoder e a biopolítica possuem o racismo constituído no bojo da própria organização e fundação dos Estados nacionais modernos, como afirma no seguinte trecho:

o que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo (p. 304).

O racismo de Estado citado por Foucault (2005) na aula do dia 17 de março de 1976 e publicado no livro do curso intitulado “Em Defesa da Sociedade”, não traz o racismo étnico, mas sim um racismo de um grupo, em detrimento de outro. Um grupo que pode morrer para que outro sobreviva. Na análise do contexto do capitalismo e neoliberalismo presentes na contemporaneidade da pandemia, pode-se extrapolar esse conceito não só às pessoas pretas,

mas também aos pobres, aos loucos, aos marginalizados, aos refugiados, às pessoas com comorbidades, aos LGBTQIA+, às pessoas em situação de rua, aos idosos e também a outros grupos minoritários.

Ainda no início da pandemia no Brasil, em 20/03/2020, Bolsonaro disse ao apresentador Ratinho do SBT “Vão morrer alguns [idosos e pessoas mais vulneráveis] pelo vírus? Sim, vão morrer. Se tiver um com deficiência, pegou no contrapé, eu lamento...” (SAKAMOTO, 2020). Ou seja, o presidente já admitia e aceitava que morreriam idosos e pessoas com comorbidades, era uma ação eugênica, que buscava o aprimoramento da raça, do povo, pela morte dos menos aptos e saudáveis. Esse tipo de discurso foi repetido algumas vezes e em diferentes contextos e atores envolvidos, como por exemplo, outra declaração do presidente, desta vez ao jornalista João Luiz Datena da Bandeirantes em 28/03/2020 “Infelizmente, algumas mortes terão, paciência, acontece, e vamos tocar o barco.”. Dias antes, em 16/03/2020, o Ministro da Economia Paulo Guedes declarou “Os mais idosos vão pra casa. Os mais jovens podem circular, têm mais saúde, mais defesa imunológica. E a economia consegue encontrar um meio termo. Porque se ficar todo mundo”, desconsiderando que os jovens poderiam levar a contaminação para os idosos, um dos principais grupos de risco no início da pandemia (VENTURA et al., 2021, p. 33). Ao naturalizar e banalizar a vida de parte da população, o presidente reduz o sentimento e coisifica as pessoas dignas de morte, as pessoas que podem/devem morrer para bem, para o melhor de outras pessoas e da economia.

Ainda em março/2020, desta vez no dia 24, através de um pronunciamento oficial em cadeia de televisão, Bolsonaro deixou claro que a economia não poderia parar por causa de alguns milhares de mortes e voltou a menosprezar o vírus chamando-o de “gripezinha” e defendendo a volta à normalidade em meio à crescente pandemia que se instalava no Brasil e já fazia estragos no mundo (UOL, 2020a). Nesse mesmo período, empresários bolsonaristas declararam que o Brasil não poderia parar por causa de 5 ou 7 mil mortes. Na ocasião, a pandemia acelerava no país e registrava pouco menos de 4 mil casos e pouco mais de 100 mortes oficiais.

Em abril/2020, o presidente desdenhou da pandemia, posicionamento que vem mantendo desde o início da crise sanitária, quando perguntado por um repórter sobre a marca de 5 mil mortes, afirmou “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, disse, em referência ao seu nome, Jair Messias Bolsonaro. (GARCIA; GOMES; VIANA, 2020). Estas atitudes podem ser consideradas eugênicas, visto que devido ao cargo

ocupado, pode servir de péssima influência para a população civil negar a ciência e a pandemia, o que se refletiu e se confirmou em vários momentos ao longo do curso da doença no país.

O tom eugenista de algumas declarações do chefe do executivo foi notado por alguns cientistas, como o Dr. Arnaldo Lichtenstein, diretor médico do Hospital das Clínicas de São Paulo que disse “Então, quando você fala que 'morram os vulneráveis para a gente ter uma geração saudável', pode ser que esteja permeando essa história de 'vamos acabar logo com essa tortura, não vamos ter o derretimento da economia'.” e complementou “É uma coisa muito mais perversa do que simplesmente não acreditar na ciência” citou o médico se referindo à eugenia e ainda lembrou que o presidente falou que como os jovens e atletas não morreriam, não haveria motivo para “histeria” (UOL, 2020b, s/p). Ou seja, ficava cada vez mais evidente que para o chefe do executivo nem todas as vidas importam, nem todas as vidas são dignas de serem vividas.

A eugenia tinha uma linguagem e pregava uma educação baseada em uma ciência estabelecida em seu tempo, atualmente refutada, além de uma preocupação racista: fazer viver os considerados aptos, fortes, brancos e saudáveis e deixar morrer os mais fracos, a raça impura, negros, doentes, degenerados. Ou seja, o lema da eugenia que se afirmava no final do século XIX e se consolidava no início do século XX era, em outras palavras, a máxima da biopolítica “fazer viver e deixar morrer”, conceito trabalhado por Michel Foucault na década de 1970 (FOUCAULT, 2005).

Em sintonia com o pensamento bolsonarista, na reunião interministerial em 22/04/2020, o então ministro da educação Abraham Weintraub disse "Odeio o termo 'povos indígenas', odeio esse termo. Odeio. O 'povo cigano'. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo." E continua “Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio [sic], mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios" (SIMON, 2020, p. 3). Uma evidente alusão ao mito da democracia racial que reinava na intelectualidade brasileira nas primeiras décadas do século XX, pensamento imortalizado por Gilberto Freyre (1933, p. 33) no livro Casa Grande e Senzala, onde afirmou “A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme [com a escravidão,] entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala.”.

Paula e Lopes (2020, p. 38) afirmam que

A família Bolsonaro segue a teoria da eugenia e propõe práticas autoritárias e discriminatórias como política nacional desde antes de Jair Messias Bolsonaro ser eleito e assumir a presidência. Aliás, o discurso eugenista de higienização do país foi um dos argumentos constantes da estratégia política que o levou ao cargo máximo do Governo.

Ainda em Abril/2020, Bolsonaro disse que as pessoas mais susceptíveis ao vírus são aquelas que vivem na miséria e pobreza extrema e afirma que são fracas por natureza devido à alimentação inadequada (MAIA, 2020). Essa fala, além de conter erros lógicos grosseiros, visto que se é por causa da alimentação inadequada não significa uma coisa inata/natural, traz um viés tendencioso de aceitar, naturalizar e estimular as mortes de tais pessoas. Esse discurso faz parte dos princípios higienistas e eugenistas que seguem a carreira do político. Mbembe (2016) afirma que a soberania é a capacidade de definir quem vive e quem morre, quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. Ou seja, é o uso do conceito de soberania pelo presidente com intenso viés necropolítico.

A eugenia presente na pandemia brasileira acaba também sendo racista no sentido étnico da palavra. Visto que, para os especialistas médicos, os mais vulneráveis ao vírus são, além de idosos e pessoas com comorbidades, os mais pobres, que no Brasil são compostos principalmente por negros e pardos, de acordo com a nomenclatura do IBGE (2019). Para Wegner, Souza e Carvalho (2020) a falta de saneamento, os problemas de saúde, as dificuldades de acesso à saúde pública, as condições habitacionais e as aglomerações a que são submetidos em postos de trabalho e transporte público figuram entre as principais causas para essa população estar mais exposta aos males ocasionados pela COVID-19. Nesse sentido, Mbembe (2016, p. 128) diz que

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”.

Em 21/05/2021, o presidente em sua *live* semanal nas redes sociais estimulou a imunidade de rebanho para contaminação da população ao afirmar que “A gente lamenta os mortos. Mas nós temos que ter coragem para enfrentar. É como eu digo desde há 60 dias. É como a chuva, você está aí fora, você vai se molhar. Ninguém contesta que por volta de 70% da população vai adquirir o vírus” (VENTURA et al., 2021, p. 58). A imunidade coletiva ou

imunidade de rebanho foi rechaçada pela comunidade científica pelo desconhecimento de todos os mecanismos virais na fisiologia humana e pelo alto número de mortes que desencadearia.

Já em 23/05/2020, Jair proferiu mais um discurso com teor eugênico, onde relatou:

Encare o vírus como uma realidade. 70% vai ser infectado. Pra quê levar o terror junto ao povo? Todo mundo vai morrer. Quem tiver uma idade avançada e for fraco, se contrair o vírus vai ter dificuldade. Quem tem doenças, comorbidades, também vai ter dificuldade. Esse pessoal que tem que ser zelado. Pela família. O Estado não tem como zelar de todo mundo não, fica aí essa demagogia de 'todo mundo em casa' (VENTURA et al., 2021, p. 58).

Paula e Lopes (2020) citam em sua pesquisa diversos elementos eugenistas nos discursos do então Deputado Jair Messias Bolsonaro envolvendo controle da natalidade/esterilização de pobres (e, portanto, de pretos) além de citarem o slogan da Alemanha Nazista intitulado “Alemanha acima de todos”, quase idêntico ao brasileiro sob seu governo.

Em outra *live*, desta vez em 29/05/2020, o presidente e acompanhantes beberam copos de leite puro. Essa bebida é um elemento nazista ligado a grupos supremacistas brancos. (THOMAZ, 2020). Em 16/01/2020, o secretário de cultura Rodrigo Alvim fez um discurso sobre arte semelhante ao do ministro nazista Joseph Goebbels. Até a música de fundo e cenário lembravam o pronunciamento alemão (G1, 2020). Carlos Bolsonaro, filho do presidente, também adepto da eugenia, defende matar para melhorar a raça e a sociedade, já afirmou que as “cirurgias de laqueadura e vasectomia para estancar a ferida econômica e ainda combater a miséria e a violência no Brasil” deveriam ser condição para os beneficiados pelo Programa Bolsa Família (PINHEIRO, 2019).

Ao longo dos meses, o presidente foi proferindo discursos semelhantes e estimulando as pessoas a não usarem máscaras e prosseguirem vida normal, ignorando os malefícios da crise sanitária, como em 31/07/2020 quando declarou “Todos vocês vão pegar um dia. Tem medo do quê? Enfrenta. Lamento as mortes. Morre gente todo dia, de uma série de causas. É a vida” (VENTURA et al., 2021, p. 79).

Em 17/03/2021, Bolsonaro chamou de idiota as pessoas que ficam em casa para cumprir as medidas restritivas para evitar a disseminação do vírus. Outra tentativa de colocar a população nas ruas em uma falsa realidade de normalidade sanitária. Em várias ocasiões, ele também espalhou notícias falsas, distribuiu e incentivou o uso de medicamentos sem eficácia comprovada, incentivou e participou de aglomerações, evitou usar máscaras em público e se

mostrou contra o Equipamento de Proteção Individual, além de ter atuado contra a compra da vacina em alguns momentos. Inclusive, no momento que este artigo está sendo escrito, a CPI da COVID-19 está investigando suspeitas de superfaturamento e corrupções na compra das vacinas pelo governo federal.

Em 27/04/2021, Paulo Guedes, ministro da economia, reclamou da expectativa de vida da população brasileira em meio à crise sanitária quando afirmou que “Todo mundo quer viver 100 anos, 120, 130.” e complementou “Não há capacidade de investimento para que o Estado consiga acompanhar”. O ministro diz que não foi a pandemia que quebrou a capacidade de atendimento do setor público, mas sim o avanço da medicina e o direito à vida, e afirmou que o setor público não vai conseguir acompanhar o crescimento da população. Apesar de não ser uma fala diretamente relacionada com a pandemia, ocorreu em um contexto pandêmico e também reflete a eugenia no governo. Afinal, qual é a solução para isso? Matar os idosos? (NALDIS, 2021).

Em diversos momentos, o presidente e equipe falaram ou tomaram ações que reforçavam a meta de Imunidade de Rebanho natural que o Estado gostaria de atingir. A intenção era de que grande porcentagem da população se infectasse com o coronavírus e então passasse a estar imune à doença. Está técnica é completamente condenada pelos especialistas, visto que o coronavírus é um vírus novo e pouco se sabe sobre ele no que concerne a memória imunológica, além do importante fato de que o custo em vidas seria alto. As estimativas giravam em torno de 1 milhão a 1 milhão e meio de mortos para atingir esse objetivo. Em 17/06/2021, o Presidente voltou a defender ao afirmar em uma *live* em suas redes sociais “Eu já me considero — eu não me considero não, eu estou — vacinado, entre aspas. Todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina porque você pegou o vírus para valer. Então, quem contraiu o vírus, não se discute, esse está imunizado”. Na mesma transmissão, o presidente afirmou, novamente sem qualquer embasamento científico, que o uso de máscaras em demasia causa sonolência em função de um suposto acúmulo de gás carbônico. Tratou-se de mais uma tentativa de favorecer a contaminação do vírus, visto que a ciência já comprovou que pessoas sem máscaras contaminam e são contaminadas com mais facilidade. O Ministério da Saúde, instituições de saúde e especialistas desmentiram o presidente (MATOSO; GOMES, 2021; PAJOLLA, 2021).

O FAZER-MORRER PARA PRETOS E POBRES: A NECROPOLÍTICA E O GOVERNO BOLSONARO

A necropolítica é uma torção que o filósofo camaronês Achile Mbembe faz a partir dos conceitos foucaultianos de biopoder e biopolítica para pensar a vida e a morte a partir dos contextos coloniais e neocoloniais, além de fazer pensar em processos atuais no Brasil, latino-américa e Caribe, locais que carregam, reiteram e atualizam elementos de colonialidade, principalmente traços dos processos escravistas e *plantation*, marcas presentes nas relações sociorraciais (LIMA, 2018).

O pensamento foucaultiano inspirou Mbembe a cunhar o conceito de necropolítica quando a morte se transforma no objeto da gestão do poder, ou seja, o Estado da morte. Enquanto os eugenistas do início do século XX queriam impedir o nascimento do “bandido nato” ou de qualquer um que trouxesse algum tipo de impureza para a raça branca, na necropolítica, o racismo impera com a máxima de “bandido bom é bandido morto” (MANTOVANI, 2020).

Saviani e Galvão (2021, p. 37) trazem a reflexão de que sendo um dos últimos países a ser atingido e possuindo um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, o Brasil poderia ter planejado um reforço de investimentos ao Sistema Único de Saúde (SUS) preventivamente e até ser um exemplo mundial no combate à pandemia, porém, não foi isso que aconteceu e afirmam que “O governo Bolsonaro não apenas foi omissivo e irresponsável, como pode ser classificado como genocida, pois nem mesmo aplicou os recursos aprovados pelo Congresso Nacional destinados ao combate ao novo coronavírus”.

Qualquer quarentena ou isolamento social é sempre discriminatório, sendo mais difícil para alguns grupos sociais do que para outros, sobretudo mulheres, indígenas, autônomos, trabalhadores informais, pessoas em situação de rua, moradores de periferia, refugiados e similares, deficientes, idosos, pretos e pobres do Sul Global, e ainda impossível para os cuidadores e trabalhadores dos serviços essenciais (SANTOS, 2020).

Lima (2018) afirma que para Mbembe, na economia do biopoder a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. O racismo funciona como uma mola propulsora, como um motor para o fazer morrer. Desse modo, é isso que ocorre na pandemia da COVID-19 estimulado pelo governo federal. O conceito de “Devir negro do mundo”, pode ser bem empregado no Brasil atual, onde a precarização da vida inclui não apenas as tradicionais populações negras, mas também um espalhamento de suas mazelas

para os não negros empobrecidos e cada vez mais precarizados, além de outras minorias e grupos marginalizados.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2014) demonstra o suplício da execução do parricida Damiens para satisfação do público promovido pelo Estado. Naquele tempo as execuções dos condenados ocorriam durante horas em vias públicas, além de uma espécie de desfile ritual das partes do corpo em uma demonstração de violência e educação pelo exemplo. Em diversos momentos da pandemia e em diversas localidades do país, o suplício passou a ser presenciado nos hospitais e unidades de atendimento em que os doentes graves de COVID-19 se acumulavam nas filas, recepções e suas casas aguardando e suplicando um atendimento digno. O andamento da vacinação contra Covid-19 pelo mundo reforça as afirmações de Santos (2020) onde, até maio/2021 quase metade das doses aplicadas no mundo ocorreram nos Estados Unidos e na China. No início do mesmo mês já haviam sido aplicadas 1,2 bilhão de doses em todo o mundo e cerca de 80% das aplicações ocorreram em países de renda alta ou média, que inclui os países da Europa, além de México e Brasil, enquanto em nações africanas foram aplicadas pouco mais de 20 milhões de doses, o equivalente a apenas 2% do total global. A disparidade ocorre dentro do próprio continente africano, visto que apenas Marrocos aplicou quase metade das doses de toda África imunizando 14% de sua população enquanto a África do Sul menos de 1% de seus habitantes (GLOBO NEWS, 2021).

Ao comentar sobre o nazismo e sua política genocida, Foucault (2005, p. 310) faz uma análise que pode ser confrontada com a condução do governo brasileiro na pandemia e com a necropolítica ao afirmar que

É preciso que se chegue a um ponto tal que a população inteira seja exposta à morte. Apenas essa exposição universal de toda a população à morte poderá efetivamente constituir-la como raça superior e regenerá-la definitivamente perante as raças que tiverem sido totalmente exterminadas ou que serão definitivamente sujeitadas.

Mbembe (2016, p. 132) afirma que processos como o nazismo ampliaram uma série de “mecanismos que já existiam nas formações sociais e políticas da Europa ocidental” tais como “subjugação do corpo, regulamentações de saúde, darwinismo social, eugenia, teorias médico-legais sobre hereditariedade, degeneração e raça”. Sobre as relações de vida e morte e a política de crueldade, o autor ainda afirma que

A característica mais original dessa formação de terror é a concatenação do biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio. A raça é, mais uma vez, crucial para esse encadeamento. De fato é sobretudo nesses casos que a seleção de raças, a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram inicialmente estados no mundo colonial (p. 132).

Sobre a pandemia, Mbembe cita que a política da morte se alastra a todos sendo potencializada e generalizada e que "Agora somos, cada um de nós, portador de um corpo matável, e, ao mesmo tempo, podemos efetivar a necropolítica transmitindo o vírus, como se fôssemos uma pequena máquina de morte do Estado e dos dispositivos de morte que já atuavam" (ARAÚJO, 2020, p. 4).

Lima (2018, p. 28) afirma que "O genocídio da população negra constitui hoje um dos grandes traços de uma necropolítica à brasileira que se encontram nas formações históricas como nos constituímos enquanto nação.". Observe que esse trecho escrito pela autora antes da crise sanitária se encaixa perfeitamente para o que o Brasil vive na atualidade pandêmica. Mantovani (2020, p. 3) contribui para o debate ao afirmar que "Para o presidente e o projeto político vencedor de 2018, seria melhor que alguns nem nascessem, mas já que insistem em nascer, que morram."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bio-necropolítica funciona como um acoplamento entre os diagramas de poder: soberania, disciplina, biopoder, biopolítica e necropolítica, imbricados em um contexto que ainda reverbera a colonialidade. Nesse contexto a vida encontrou na morte grande possibilidade de ser constituída nas organizações sociais. As mortes no Brasil da COVID-19 também entram nesse processo e ao afirmar que "muitos vão morrer", fica evidente a política necropolítica intencional do chefe do executivo e seu governo contra a população, principalmente os pobres e marginalizados.

O pensamento eugênico de Jair Messias Bolsonaro não surpreende, visto que no passado já defendeu controle de natalidade entre os pobres para limitar a pobreza e criminalidade e já defendeu guerra civil em que morreriam facilmente 30 mil pessoas, lógico que os mortos não seriam brancos e da elite brasileira. O controle de natalidade com esterilização da população foi uma medida eugênica implementada em diversos países do mundo e rigorosamente defendida pelo presidente em diversos momentos de sua carreira política. Apesar de não surpreender, as medidas de conduta eugenistas em meio à crise sanitária pelo Estado tem

consequências catastróficas. Até o fechamento deste artigo o país já somava quase 600 mil mortos em dados oficiais.

Fica evidente as reações típicas de um governo que investe no poder viral da pandemia como um teste de seleção natural, agindo como um eugenista ou darwinista social. O flerte com elementos nazi-fascistas, portanto eugenistas, sempre rodeou a família Bolsonaro e marcam presença desde o início no governo como chefe do executivo. É notória a aproximação com os princípios de Renato Kehl, ferrenho propagador da eugenia nas primeiras décadas do século XX, que defendia políticas públicas de esterilização e controle da reprodução humana. Portanto, não é a partir da pandemia que o discurso eugênico chegou ao governo federal.

A falta de uma gestão eficaz no combate ao coronavírus está fazendo com que o Brasil conte seus mortos aos milhares, sendo que muitas mortes poderiam ter sido evitadas se no país houvesse uma coordenação federal nas condutas pela vida de todos. As práticas eugênicas tomam uma nova proporção em meio à crise sanitária intensificando a ação necropolítica do governo.

A condução da pandemia pelo governo federal foi e continua sendo criticada pela ciência e comunidades nacional e internacional. Investimento em medicamentos sem respaldo científico, propagação de *fake news*, estímulo a aglomerações e manifestações antidemocráticas, estímulo à invasão de hospitais pela população civil, tentativa de mascarar os dados epidemiológicos da doença e acusação de corrupção/superfaturamento de vacinas e apoio à imunidade de rebanho, prática condenada por especialistas, figuram entre exemplos do péssimo desempenho do Brasil perante à crise sanitária. Existem os negacionistas civis que ainda apoiam e fazem parte do rebanho do presidente e felizmente (ainda) vivemos em uma democracia. Existem também os que resistem e provocam o governo em busca de dias melhores para todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mateus. **O que necropolítica tem a ver com a pandemia e com falas de Bolsonaro.** 03 abr. 2020. TAB Uol - Sociedade. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/03/o-que-necropolitica-tem-a-ver-com-a-pandemia-e-com-falas-de-bolsonaro.htm>. Acesso em: 27 jul. 2021.

ARENDR, Hannah. **As origens do totalitarismo:** Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 504 p.

BRASIL. **Constituição (1934).** Constituição da República Federativa do Brasil:

promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm acesso em 20/07/2021.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 158 p.

DUARTE, André. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética** 1, v.1. p. 1-16, 2008. Disponível em http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.pdf. Acesso em: 15 mai. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975- 1976). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 382 p. Tradução de: Maria Ermantina Galvão.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: volume 1 - a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. 175 p. (Coleção Biblioteca de Filosofia). Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 302 p. Tradução de: Raquel Ramallete.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006. 727 p.

GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro Henrique; VIANA, Hamanda. **'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus**: 'sou messias, mas não faço milagre'. 'Sou Messias, mas não faço milagre'. 28 abr. 2020. G1 (Brasília). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2021.

GLOBO NEWS. **Vacinação contra Covid-19 reforça abismo entre países ricos e pobres**. G1 – Bem Estar, 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/05/09/vacinacao-contracovid-19-reforca-abismo-entre-paises-ricos-e-pobres.ghtml>, Acesso em: 02 jun. 2021.

G1. **Secretário nacional da Cultura, Roberto Alvim faz discurso sobre artes semelhante ao de ministro da Propaganda de Hitler**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-almvim-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Brasília: IBGE, 2019. **Conheça o Brasil – População COR OU RAÇA**. 2019. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 08 jan. 2021

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, n. 70, p. 20-33, nov. 2018.

MATOSO, Felipe; GOMES, Pedro Henrique. **Bolsonaro diz que contaminação é mais eficaz que vacina contra Covid; especialistas contestam.** 17 jun. 2017. Brasília: G1, 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/17/bolsonaro-diz-que-contaminacao-e-mais-eficaz-que-vacina-estrategia-pode-levar-a-morte-diz-sanitarista.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2021.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Revista Artes & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

MAIA, Gustavo. **Bolsonaro volta a criticar isolamento total e diz que governo não pode impedir ambulantes de trabalhar.** O Globo, Rio de Janeiro, 01 abr 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-volta-criticar-isolamento-total-diz-que-governo-nao-pode-impedir-ambulantes-de-trabalhar-1-24345302>. Acesso em: 27 jul. 2021

MANTOVANI, Rafael. **Onde os fracos não têm vez.** Le Monde Diplomatique. 29 jun. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/onde-os-fracos-nao-tem-vez/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

NALDIS, Guilherme. **Guedes critica aumento da expectativa de vida: "todo mundo quer viver 100 anos".** 2021. Brasil Econômico. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-04-27/paulo-guedes-aumento-expectativa-de-vida.html>. Acesso em: 27 jul. 2021.

PAJOLLA, Murilo. **Em live, Bolsonaro mente quatro vezes e ataca ministros do STF.** 18 jun. 2021. Lábrea: Brasil de Fato, 2021. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/18/em-live-bolsonaro-mente-quatro-vezes-e-ataca-ministros-do-stf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

PADRÓS, Enrique. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX, o tempo das crises.** v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 308 p.

PAULA, Luciane de; LOPES, Ana Carolina Siani. A eugenia de Bolsonaro: leitura bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira. **Revista Linguagem**, São Carlos, v.35, Dossiê Discurso em tempos de pandemia. setembro/2020, p. 35-76.

PINHEIRO, Miguel Dias. 2019. **A Eugenia de Bolsonaro.** Portal AZ. Disponível em <https://www.portalaz.com.br/blogs/6/opiniao/12845/a-eugenia-de-bolsonaro>. Acesso em 13/07/2021.

ROCHA, Simone. Educação eugênica na constituição brasileira de 1934. In: X ANPED SUL, 2014, Florianópolis. **Anais.** Florianópolis: Anped, 2014. p. 1-14.

SAKAMOTO, Leonardo. **Bolsonaro quer convencer que vida de idoso é pedágio a pagar ao coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/03/27/bolsonaro-quer-convencer-que-vida-de-idoso-e-pedagio-a-pagar-ao-coronavirus.htm>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Editora Almedina, 2020. 32 p.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**. n. 67, p. 36-49. Jan. 21.

SIMON, Allan. **Weintraub: Odeio o termo "povos indígenas"**; Quer, quer. Não quer, sai de ré. 20 maio 2020. UOL (São Paulo). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/weintraub-odeio-o-termo-povos-indigenas-quer-quer-nao-quer-sai-de-re.htm>. Acesso em: 23 jul. 2021.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 224 p.

THOMAZ, Maurício. **Bolsonaro toma leite em live enquanto milhares morrem de coronavírus**. 30 maio 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-toma-leite-em-live-enquanto-milhares-morrem-de-coronavirus/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

UOL (São Paulo). **'Gripezinha': leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19**. leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. 2020a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 19 jul. 2021.

UOL (São Paulo). **Especialista do HC vê eugenia em fala de Bolsonaro sobre pandemia**. 2020b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/12/diretor-do-hospital-das-clinicas-eugenia.htm>. Acesso em: 23 jul. 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; REIS, Rossana Rocha; FERREIRA, André Bastos; ROSA, Alexia Viana da; FARIAS, Alexsander Silva; VALENTIM, Giovanna Dutra Silva; HERZOG, Lucas Bertola. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da COVID 19**. São Paulo: Universidade de São Paulo - Faculdade de Saúde Pública, 2021. 200 p. Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário - CEPEDISA.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. **Eugenia, biopoder e políticas da morte em tempos de pandemia**. 2020. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/08/10/eugenia-biopoder-e-politicas-da-morte-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 27 jul. 2021.